

## **ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DO ANO DOIS MIL E SEIS**

Aos vinte e dois dias do mês de Junho do ano de dois mil e seis, nesta Vila da Lagoa Açores, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a terceira sessão ordinária de 2006, da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa – Açores. \_\_\_\_\_

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo procedido de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Leonel da Rosa da Silveira; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Gilberto Gouveia Branquinho; Hélder Carlos Pimentel Medeiros; Maria do Carmo Carreiro Matos Lima; Luís Manuel Barbosa Cabral; Maria Manuela de Oliveira Marques Bandeiras Furtado Correia; Manuel Francisco Esteireiro Carreiro; Nuno Filipe Medeiros Martins; Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos; André Carvalho Almeida; Rodolfo Martins Marques da Silva; Luís Miguel Cabral Rego Pires; Norberto Carlos Cordeiro da Ponte; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria; Anabela da Silva Calisto e Albertina Maria da Costa Oliveira. \_\_\_\_\_

Estiveram ausentes os seguintes membros: Paulo Jorge Soares Amaral Borges; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso Barroso; Paulo Jorge Cimbron Varão; Rui Alberto Cabral Borges e António de Medeiros Varão. Estiveram presentes os senhores Vereadores: Roberto Manuel Lima Medeiros; Durval Carlos Almeida Faria; Fernando Jorge Ventura Moniz; José Duarte Barbosa Cabecinha e Jorge Alberto Barbosa de Almeida. \_\_\_\_\_

De seguida passou-se à leitura da acta da segunda sessão ordinária, do dia 07 de Abril de 2006, não havendo discussão foi aprovada, por unanimidade, dos vinte membros presentes no plenário. \_\_\_\_\_

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia à exposição da correspondência recebida, donde se destacou o seguinte: \_\_\_\_\_

Convites: \_\_\_\_\_

- Câmara Municipal de Lagoa – Concerto de Órgão de Tubos, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Lagoa – 30 de Abril; \_\_\_\_\_

- Câmara Municipal de Lagoa e o Pároco da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, Lagoa – Concerto Canto e Órgão de Tubos, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Lagoa – 6 de Maio; \_\_\_\_\_
- Câmara Municipal de Lagoa – Concerto Musical Grupo Sebastian Bach, Igreja Nossa Senhora dos Anjos, Água de Pau – 7 de Maio; \_\_\_\_\_
- Centro Social e Cultural do Cabouco – Missa Campal – 12 de Maio; \_\_\_\_\_
- Junta de Freguesia de Ribeira Chã – Exposição de Trabalhos e Tapeçaria e Arraiolos – 14 de Maio; \_\_\_\_\_
- Foteletras, Edições Ldª. e a Insco – Insular de Hipermercados, S.A. – Lançamento do livro “Rondando a Ilha Verde, S. Miguel – Açores” – 19 de Maio; \_\_\_\_\_
- Orfeão Nossa Senhora do Rosário e Grupo de Violas da Terra – Concerto Cine Teatro Lagoense Francisco D’Amaral Almeida – 5 de Junho; \_\_\_\_\_
- Presidente da ANMP e a Galp Energia – Comemorações dos 30 anos do Poder Local Democrático – 8 de Junho; \_\_\_\_\_
- Junta de Freguesia de Santa Cruz – Comemorações Santo António 2006. \_\_\_\_\_
- Ofícios: \_\_\_\_\_
- Nuno Filipe Medeiros Martins – Pedido de Declaração; \_\_\_\_\_
- Associação Nacional de Municípios Portugueses: - Boletim ANMP; \_\_\_\_\_
- Resolução do Conselho Directivo sobre o encerramento dos serviços de saúde; \_\_\_\_\_
- Resolução dos Conselho Directivo sobre a venda do Património do Estado; \_\_\_\_\_
- II Conferência “Ordenamento do Território e Revisão dos PDM”; \_\_\_\_\_
- Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território; \_\_\_\_\_
- Resolução Política aprovada na XXIII Assembleia Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (Innsbruck, Áustria, 10-12 de Maio de 2006); \_\_\_\_\_
- Rui Alberto Cabral Borges – Justificação de falta sessão ordinária do dia 22 de Junho de 2006; \_\_\_\_\_
- Junta de Freguesia Nossa Senhora do Rosário – Conta de Gerência e Relatório de Gestão e Consultoria de 2005; \_\_\_\_\_
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Boletins Informativos nº 13 e 14; \_\_\_\_\_
- Jornal do STAL nº 82 – Junho 2006; \_\_\_\_\_
- Jornal da Associação Portuguesa de Deficientes. \_\_\_\_\_

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

Informou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que a visita às obras no Concelho, foi adiada e será agendada para mais tarde, após o período de férias. \_\_\_\_

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. \_\_\_\_\_

Questionou o membro Leonel Rosa da Silveira sobre o ponto de situação da reparação do piso das Ruas Francisco Amaral Almeida e Drº Manuel Correia Martins Mota, na freguesia do Rosário, danificadas pelo desvio do trânsito aquando das obras na Avenida Infante D. Henrique, da responsabilidade da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos que conforme foi esclarecido pelo anterior Presidente da Câmara Engº Luís Alberto Meireles Martins Mota a reparação do piso das referidas ruas estavam a cargo daquela Secretaria, a qual tinha assumido aquele compromisso. Referiu ainda que actualmente e face ao estado em que as Ruas se encontram, precisam de uma pavimentação quase total. \_\_\_\_\_

O membro Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos referiu que aquando da abordagem deste assunto na última sessão, a Câmara ficou encarregue de verificar nas actas da Assembleia Municipal os registos existentes sobre este assunto. \_\_\_\_\_

Informou o Senhor Presidente da Câmara que o assunto foi colocado por escrito ao Senhor Secretário Regional de Habitação e Equipamentos, pelo que, a Câmara aguarda resposta. Em contacto estabelecido com o Senhor Secretário Regional e com técnicos da referida secretaria, confirmou-se não existir qualquer compromisso assumido por parte daquela Secretaria Regional para a reparação do referido piso. Feita a pesquisa nas actas da Assembleia Municipal, não foi encontrado nenhum registo sobre qualquer compromisso assumido por parte da Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos, mas será novamente efectuada uma verificação mais cuidada e minuciosa em todos os documentos. \_\_\_\_\_

O membro Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos referiu que os membros do PSD pretendem ver as actas da Assembleia Municipal para tomarem uma posição, sobre o assunto, na próxima sessão. \_\_\_\_\_

A Assembleia tomou conhecimento. \_\_\_\_\_

Ainda pelo membro Leonel Rosa da Silveira foi solicitada informação sobre a instalação de semáforos na Avenida Infante D. Henrique, na freguesia do Rosário. \_\_\_\_

Informou o Senhor Presidente da Câmara que em 1999 foi celebrado um contrato com a Firma I.E.I. – Instalações Eléctricas Industriais, Lda para execução de infra-estruturas eléctricas de sistema de excesso de velocidade e regulação de tráfego, mas nunca se procedeu à sua instalação porque iria congestionar o trânsito, atendendo que na altura não existia a via rápida, tendo o concurso sido anulado. De modo a haver um melhor controlo no excesso de velocidade e reduzir os acidentes na Avenida Infante D. Henrique, já foi solicitado um estudo a uma empresa para colocação de semáforos para atravessamento nas passadeiras. A colocação de lombas não é aconselhável atendendo que é uma zona de residências, pelo que, iria perturbar os moradores no período nocturno. \_\_\_\_\_

Mais informou o Senhor Presidente da Câmara que sobre a Segurança no Concelho teve uma reunião com o Comissário Regional da PSP e foi-lhe informado que a partir do próximo mês de Agosto haverá um reforço de meios nos Açores e que espera-se que a Esquadra da PSP de Lagoa seja contemplada com mais Agentes. Estão disponíveis para receber um elemento civil, em colaboração com a Câmara Municipal, para serviço administrativo, libertando Agentes da PSP para serviço externo. \_\_\_\_\_

Para conhecimento dos membros da Assembleia Municipal o Senhor Presidente da Câmara informou que a Junta de Freguesia de Santa Cruz está de parabéns pela forma como correu as Festa de Santo António. A Associação Cultural dos Funcionários da Câmara Municipal de Lagoa vai celebrar no dia 23 de Junho a noite de São João, com um churrasco na Secção de Obras, a partir das 20H00, pelo que, todos os membros estão convidados, como também, para assistir ao Concurso Miss Açores 2006 que se realiza no dia 24 de Junho, pelas 21H30, no Complexo Municipal de Piscinas. \_\_\_\_\_

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. \_\_\_\_\_

#### **PERÍODO ORDEM DO DIA:**

#### **PONTO Nº1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:**

O Senhor Presidente da Câmara, referiu que ficaria à disposição dos membros presentes para alguma questão que quisessem colocar, visto todas as acções desenvolvidas constarem do relatório da actividade municipal, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

Questionou o membro Leonel Rosa da Silveira se a ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais já se encontra ligada na freguesia de Água de Pau. \_\_\_\_\_

Sobre o assunto o Senhor Presidente da Câmara informou que a ETAR não está ligada porque não está ainda executado o Saneamento na freguesia de Água de Pau.

Não havendo mais intervenções passou-se ao ponto seguinte. \_\_\_\_\_

## **PONTO Nº 2 – CRIAÇÃO DE EMPRESA INTERMUNICIPAL – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ILHA DE SÃO MIGUEL:**

Pela Câmara Municipal foi presente o processo remetido pela AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, acompanhado do ofício nº 238, de 19 de Abril do corrente ano, cujo teor abaixo se transcreve: \_\_\_\_\_

“Encontra-se em preparação a constituição de uma Empresa Intermunicipal, que terá como principal finalidade o desenvolvimento de três projectos do maior interesse para a intervenção municipal dos Municípios da Ilha de São Miguel. \_\_\_\_\_

Deste modo, e tendo em vista a constituição da empresa, que se admite vir a denominar-se “MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente, EIM”, torna-se necessário obter previamente a competente deliberação de aprovação em sessão da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

Juntamos para o efeito, cópia dos respectivos estatutos, do estudo técnico, económico-financeiro e do certificado de admissibilidade.” \_\_\_\_\_

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes: \_

1º Autorizar a AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, a criar a Empresa Intermunicipal “MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente, EIM”, nos termos propostos, conforme disposto na alínea m) do nº2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Agosto; \_\_\_\_\_

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. \_\_\_\_\_

## **PONTO Nº 3 – DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO:**

Foi presente o processo para desafectação do domínio público Municipal para o domínio privado do Município, uma parcela de terreno com a área de 20,42m<sup>2</sup>, sita à

Avenida Infante D. Henrique, freguesia do Rosário, confrontando a Norte – Avenida Infante D. Henrique; Sul e Nascente – Zona Urbanizada e Poente – Largo de Sainte Thérèse, a permutar entre o Município de Lagoa e a Urbe Oceanus, Actividade Imobiliária Açoreana, Lda. \_\_\_\_\_

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes: \_

1º Desafectar do domínio público Municipal para o domínio privado do Município a parcela de terreno com a área de 20,42m<sup>2</sup>, sita á Avenida Infante D. Henrique, freguesia do Rosário, confrontando a Norte – Avenida Infante D. Henrique; Sul e Nascente – Zona Urbanizada e a Poente – Largo de Sainte Thérèse, nos termos da alínea b) do nº4 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a qual se destinará a integrar o domínio privado da Firma Urbe Oceanus; \_\_\_\_\_

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. \_\_\_\_\_

#### **PONTO Nº 4 – PROPOSTA DE PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO:**

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de Projecto de Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, acompanhada da informação de que não houve, após apreciação pública efectuada, qualquer reclamação, observação ou sugestão ao referido projecto de regulamento. \_\_\_\_\_

Após várias trocas de impressões sobre a presente proposta de Projecto de Regulamento, foi pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal proposto alterar a alínea d) do artigo 8º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, passando a ter a seguinte redacção: “Trabalhar no Concelho de Lagoa – Açores por um período igual ao número de anos em que recebeu a bolsa.” \_\_\_\_\_

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, dos vinte membros presentes, com as abstenções dos membros: Leonel da Rosa da Silveira; Maria do Carmo Carreiro Matos Lima; Maria Manuela de Oliveira Marques Bandeiras Furtado Correia e Luís Miguel Cabral Rego Pires: \_\_\_\_\_

1º Aprovar o Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, com a alteração apresentada, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; \_\_\_\_\_

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. \_\_\_\_\_

Pelos membros Maria Manuela de Oliveira Marques Bandeiras Furtado Correia, Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos e Luís Miguel Cabral Rego Pires foi apresentada a declaração de voto que se transcreve: \_\_\_\_\_

“O ponto 1 do artigo 1º apresenta infundamentadas restrições nas áreas académicas a atribuir “bolsas”, desvirtuando o princípio fundamental e objectivo do regulamento que é o de permitir igualdade nas condições de acesso ao ensino superior.”

#### **PONTO Nº 5 – PROPOSTA DE PROJECTO DE REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES:**

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de Projecto de Regulamento para atribuição do cartão municipal do Idoso na área do Município de Lagoa – Açores, acompanhada da informação de que não houve, após apreciação pública efectuada, qualquer reclamação, observação ou sugestão à referida proposta. \_\_\_\_\_

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes: \_

1º Aprovar o Regulamento para atribuição do cartão municipal do Idoso na área do Município de Lagoa – Açores, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; \_\_\_\_

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. \_\_\_\_\_

#### **PONTO Nº 6 – RELATÓRIO DA AUDITORIA AO MUNICÍPIO DE LAGOA – TRIBUNAL DE CONTAS:**

Pela Câmara Municipal foi presente o relatório, aprovado em sessão de 5/4/2006, pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, relativo á Auditoria ao Município de Lagoa. \_\_\_\_\_

Pelo Membro Leonel Rosa da Silveira foi referido que não lhe surpreenderam as conclusões e recomendações apresentadas no relatório do Tribunal de Contas, relativas à Auditoria efectuada ao Município de Lagoa e vão ao encontro de declarações de voto apresentadas pelos membros do Partido Social Democrata. \_\_\_\_

Referiu o Membro Rui Ramos que o actual Órgão Executivo do Município tem que tomar as devidas providências relativamente à arrecadação dos valores em atraso das rendas e do fornecimento de água bem como à elaboração do regulamento para a concessão de apoios financeiros. \_\_\_\_\_

Questionou a Membro Maria Manuela de Oliveira Marques Bandeiras Furtado Correia quais as habitações que são referidas nas conclusões no ponto 6.4 do referido relatório. \_\_\_\_\_

O Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou esclarecimentos sobre os pontos do referido relatório e informou que as despesas a que se refere o ponto 6.4 são relativas a apoios a habitação degradada e pequenas ampliações ou reparações por razões higieno-sanitárias e atribuídos ao abrigo de regulamento próprio. \_\_\_\_\_

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos vinte membros presentes, de acordo com a alínea i) do nº1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. \_\_\_\_

#### **PONTO Nº 7 – 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO**

##### **PARA O ANO FINANCEIRO DE 2006:**

Pela Câmara Municipal foi presente a segunda Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano. Assim, usando as formalidades legais que regula a organização de orçamentos, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção. \_\_\_\_\_

De seguida, o Senhor Presidente da Câmara passou a explicar em traços gerais, a introdução ao documento em referência, o qual resulta essencialmente da necessidade de proceder a alguns ajustamentos ao Orçamento e Grandes Opções do Plano iniciais, bem como, à inclusão de novos projectos, que se julga essencial ao desenvolvimento do Concelho. \_\_\_\_\_

A Revisão ao Orçamento agora efectuada, totaliza o montante de € 157.110,00 (cento e cinquenta e sete mil cento e dez euros), sendo o total das despesas correntes de € 25.410,00 (vinte cinco mil quatrocentos e dez euros) e o total de despesas de capital no valor de € 131.700,00 (cento e trinta e um mil e setecentos euros) sendo o total das receitas correntes de €10.000,00 (dez mil euros) e o total de receitas de capital no valor de €27.700,00 (vinte sete mil e setecentos euros), pelo que se verifica um aumento global da receita e despesa orçada em €37.700,00 (trinta e sete mil e setecentos euros). \_\_\_\_\_



Depois de alguns comentários, foi pelo Senhor Presidente da Assembleia posto à votação a 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano. \_\_\_\_

A Assembleia Municipal sobre os referidos documentos deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes: \_\_\_\_\_

1º Aprovar a 2ª Revisão ao Orçamento do corrente ano no montante de €157.110,00 (cento e cinquenta e sete mil cento e dez euros) e às Grandes Opções do Plano, cujo montante de investimento foi no valor de € 131.700,00 (cento e trinta e um mil e setecentos euros) de acordo com o que preconiza a alínea b) do nº2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro; \_\_\_\_\_

2º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em acta, de acordo com o Decreto – Lei nº 45 362 de 21 de Novembro de 1963, com a nova redacção dada ao artº 5º pelo Dec-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto; \_\_\_\_\_

3º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. \_\_\_\_\_

**PONTO Nº 8 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA TABELA ANEXA AO REGULAMENTO DO COMPLEXO MUNICIPAL DE PISCINAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de Alteração da Tabela Anexa ao Regulamento do Complexo Municipal de Piscinas da Câmara Municipal de Lagoa. \_\_\_\_

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi proposto a aprovação da presente alteração: \_\_\_\_\_

Taxas para residentes no Concelho de Lagoa, situação que deve ser comprovada mediante a apresentação do Bilhete de Identidade: \_\_\_\_\_

- Passe Individual Mensal – 30€ \_\_\_\_\_
- Passe Individual Mensal para Jovens (<16 anos) – 22,50 € \_\_\_\_\_
- Passe Familiar de 3 entradas – 4,5 € \_\_\_\_\_
- Passe Familiar de 4 entradas – 6 € \_\_\_\_\_
- Sócios da Associação Cultural dos Funcionários da Câmara Municipal de Lagoa - 0,50 € \_\_\_\_\_
- Eliminar o agravamento no bilhete dia de 50% nas entradas no fim-de-semana e feriados. \_\_\_\_\_

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes: \_\_\_\_\_

1º Aprovar a alteração da tabela anexa ao Regulamento do Complexo Municipal de Piscinas da Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; \_\_\_\_\_

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. \_\_\_\_\_

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

Esteve presente a Senhora Maria da Graça Bettencourt residente na Rua Padre Mariano Furtado Mendonça nº 11, freguesia do Rosário, deste Concelho, manifestando o seu desagrado com a mudança do sinal de estacionamento proibido, já existente na referida rua e que a mudança do mesmo veio beneficiar unicamente os comerciantes do local, sentindo-se lesada por não conseguir estacionar a sua viatura. \_\_\_\_\_

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Senhor Presidente da Câmara para responder à presente questão, passando este a palavra ao Senhor Vereador Durval Carlos Almeida Faria uma vez que foi o responsável pela intervenção. \_\_\_\_\_

Informou o Senhor Vereador Durval Carlos Almeida Faria que o sinal de proibição de estacionamento condicionado entre as 08h00 e 18h00, já existia no local há alguns anos e teria sido colocado antes da construção dos quatro espaços comerciais existentes na referida rua. Constatou-se mais tarde que as operações de carga e descarga dos referidos estabelecimentos comerciais, em que alguns pela natureza da sua actividade comercial têm a necessidade de todos os dias proceder a este tipo de operações, eram efectuadas de forma deficiente, ocupando a única faixa livre da via de circulação, bem como, a recolha diária por parte dos serviços da Câmara dos resíduos sólidos urbanos no local era também efectuada de forma deficiente, uma vez que sendo o passeio nascente muito estreito e com viaturas estacionadas no local, a operação era demorada e efectuada com muita dificuldade. Após várias solicitações dos comerciantes locais, o referido sinal foi apenas deslocado cerca de vinte metros para sul, sendo colocado modelo adicional de “EXCEPTO CARGAS E DESCARGAS” de forma a proporcionar ao comércio local melhores condições de operacionalidade.

Esclareceu ainda o Senhor Vereador de que se trata de uma via importante, de sentido único, em que o escoamento do trânsito proveniente do centro da freguesia do Rosário para Norte é também por ali efectuado, e que importa desde logo garantir todas as condições de segurança para os peões, visto os passeios serem extremamente estreitos e de deficiente execução, bem como garantir melhor circulação automóvel. O sinal actualmente proíbe o estacionamento entre as oito horas e as dezoito horas (horário do comércio local), período do dia em que supostamente os moradores estão ausentes das suas habitações para exercerem a sua actividade profissional, sendo possível no período nocturno estacionar em toda a rua, desde que sejam garantidas condições de acessibilidade às garagens e moradias existentes na rua. \_\_\_\_\_

Em resultado dos arranjos efectuados na referida rua há alguns anos atrás, os acessos às garagens não foram efectuados de forma correcta, ou seja não houve o rebaixamento adequado do lancil, pelo que a Câmara propôs corrigir, logo que possível, o acesso à garagem da Senhora Maria da Graça Bettencourt, por forma a que possa estacionar na sua garagem. \_\_\_\_\_

Informou ainda o Senhor Vereador Durval Carlos Almeida Faria que a Câmara vai elaborar um projecto com vista a se poder estudar a possibilidade de alargar os passeios na referida rua, bem como na Rua Eng. Técnico João Mota Amaral, troço compreendido entre a Avenida Infante D. Henrique e a Igreja do Rosário, e a pavimentação total com calçada tradicional portuguesa miúda, à quota de passeio, da Travessa Padre Mariano Furtado Mendonça, deixando apenas 3 metros de faixa de rodagem para circulação automóvel e o espaço restante para alargar os passeios. Esta medida trará benefícios a todos os níveis, desde logo garantir melhores condições para a circulação dos peões e maior fluidez do trânsito automóvel, bem como, garantir também uma maior visibilidade aos estabelecimentos comerciais porque irá permitir que os peões possam apreciar as respectivas montras numa situação de maior conforto, e dada a localização das ATM's das instituições bancárias ali existentes, efectuar Operações de Serviço em Multibanco com maior segurança. \_\_\_\_\_

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. \_\_\_\_\_

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e três horas e trinta minutos, foi dada como encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para

constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela mesa. \_\_\_\_\_

O PRESIDENTE

\_\_\_\_\_

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

\_\_\_\_\_

O SEGUNDO SECRETÁRIO

\_\_\_\_\_